

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Da Sra. IVONEIDE CAETANO)

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer percentual mínimo de contratação de vigilantes mulheres.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer percentual mínimo de contratação de vigilantes mulheres.

**Art. 2º** A Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10 .....  
.....

§7º Para a execução dos serviços de que trata esta Lei, no mínimo um terço das contratações feitas pelas empresas de que trata o §2º deste artigo deverá contemplar profissionais mulheres”. (NR)

**A rt. 3º** A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 60 .....  
.....

V – Em se tratando de contratação de empresa regida pela Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, o compromisso de contratar pelo menos 50% (cinquenta por cento) de profissionais mulheres, para a execução das atividades previstas na proposta”.

..... (NR)

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei objetiva otimizar a luta das mulheres na busca de uma melhoria da inserção feminina no mercado de trabalho.

A inserção da mulher no mercado de trabalho é um movimento social, de interesse e necessidade de todos, tanto para o lado do empregador como o das trabalhadoras, e o resultado é o benefício direto para toda a sociedade.

Muito já se discutiu e ações foram efetivadas a fim de garantir uma situação mais justa na equalização das oportunidades nesse campo, como por exemplo, a iniciativa das Forças Armadas e das Polícias Militares que há alguns anos incluíram efetivo feminino em suas corporações.

Contudo, esse cenário positivo não eliminou a histórica desigualdade nas oportunidades de inserção ocupacional entre homens e mulheres.

As mulheres continuam a estar em menor proporção entre os empregados e ainda são a maioria dos desempregados nas diversas regiões brasileiras, o que nos leva a concluir que o esforço para essa equalização deve ser contínuo, pois não podemos permitir qualquer espécie de discriminação que ainda possa ocorrer nos dias de hoje.

Ninguém pode perder de vista o princípio da igualdade, insculpido no *caput* do art. 5º da CF/88, que garante os mesmos direitos e obrigações aos homens e mulheres, sendo também proibida a diferenciação de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX, da CF/88).

O ramo da segurança privada e vigilância é um dos maiores e mais lucrativos segmentos da economia do país.

Mesmo assim, ainda existe uma imagem de que esse segmento está atrelado à figura masculina, onde persiste uma hierarquia de gênero, avaliando-se que a presença feminina pode fragilizar alguns postos de trabalho.



Diante esse quadro, que se apresenta desfavorável à inserção feminina no mercado de trabalho, considero de extrema importância que essa Casa de Leis promova o debate desse tema.

Peço o apoio aos nobres Pares para a aprovação dessa matéria.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputada IVONEIDE CAETANO

2023-17926

